

Reflexões Pertinentes e Impertinentes sobre a Indústria da Publicação de Periódicos Científicos: o Pesquisador Deve Pagar para Publicar seus Artigos?

Autoria: Roberto Patrus, Eduardo Biccias Valente, Helena Belintani Shigaki, Douglas Cabral Dantas

Agradecimentos à CAPES, à FAPEMIG e à PUC Minas pelo financiamento dos projetos que originaram este artigo.

Resumo

Diante do contexto de produtivismo acadêmico alimentado pelo sistema de avaliação da pós-graduação no Brasil, o presente artigo pergunta se pesquisadores devem sustentar economicamente a publicação de seus artigos em revistas científicas que cobram taxas de publicação. Para realização desse propósito, foram estabelecidos dois objetivos, um teórico e um empírico. O primeiro objetivo foi elaborar uma tipologia dos vários modelos existentes de pagamento de taxas de publicação de artigos científicos e de distribuição. Trata-se de um componente da construção teórica empreendida para descrever o processo de produção, avaliação, publicação, distribuição e consumo dos artigos científicos. O segundo objetivo, de natureza empírica, analisou os custos de publicação nacional e internacional em periódicos A1 e A2 na área de Administração. A técnica de coleta de dados foi documental, em particular no Web-Qualis Capes da área de Administração em vigor no primeiro semestre de 2015 e nos sites de cada uma das revistas. O artigo contribui para a área por estruturar um modelo do processo editorial científico que contempla os objetos, atores, esferas e instrumentos de cada uma das fases do processo, a saber: produção, avaliação, distribuição, legitimação e consumo. Ao sistematizar os tipos de distribuição do artigo presentes nas publicações, o trabalho contribui para o conhecimento dos diferentes modelos de publicação paga, gratuita e híbrida. Sua resposta à pergunta do título é negativa e sua proposição alternativa é o modelo desenvolvido pela base de dados Spell.

Palavras-chave: Produtivismo Acadêmico, Qualis Capes, Administração, Periódicos, Taxas

1. Introdução

A pós-graduação brasileira e internacional vive um momento de ênfase na quantidade da produção acadêmica em detrimento da qualidade, fenômeno esse conhecido como produtivismo acadêmico (Alcadipani, 2011). Nos últimos anos, conforme apontam Shigaki e Patrus (2012), diferentes compreensões críticas desse fenômeno vêm sendo trabalhadas por pesquisadores brasileiros e estrangeiros (Mattos, 2012, 2008; Godoi, Xavier, 2012; Honig, Bedi, 2012; Machado, Bianchetti, 2011; Leite et al, 2011; Freitas, 2011; Alcadipani, 2011; Mascarenhas, Zambaldi, Moraes, 2011; Salo, Heikkinen, 2011; Trein, Rodrigues, 2011; Moreira, 2009; Mello, Crubellate, Rossoni, 2009; Rosa, 2008). Compreendido como um fenômeno derivado dos processos de regulação e controle, em particular os de avaliação, que se caracteriza pela excessiva valorização da quantidade da produção científico-acadêmica, o produtivismo acadêmico tende a desconsiderar a sua qualidade (Sguissardi, 2010). A expressão *public or perish* (publicar ou perecer), com origem nos anos 1950 nos EUA, tornou-se mundialmente conhecida, significando que os professores/pesquisadores universitários que não publicassem de acordo com os parâmetros postos como ideais pelos órgãos financiadores, pela burocracia universitária ou pelo mercado, teriam sua carreira comprometida (Fonseca, 2001; Nascimento, 2010; Sguissardi, 2010).

Em artigo publicado por Shigaki e Patrus (2012), discute-se a chegada do produtivismo acadêmico no Brasil, que remete ao final dos anos 1970 e que foi legitimado nos anos 1990 (Godoi, Xavier, 2012). A partir de 1988, algumas mudanças foram introduzidas no processo de avaliação da Capes, por conta da adoção de uma metodologia quantitativa, afetando assim o modo de conceber e organizar a Pós-Graduação no Brasil (Moreira, 2009). Com isso, houve um grande salto quantitativo na produção acadêmica em Administração (Bertero, Caldas & Wood, 1999). Hoje, o termo produtivista está associado a uma fábrica de fazer pontos (Godoi, Xavier, 2012). Como um fetiche-conhecimento-mercadoria, influencia o “mal-estar” da academia brasileira (Trein; Rodrigues, 2011).

Uma das causas atribuídas ao produtivismo acadêmico é o atual modelo de avaliação da pós-graduação (Patrus, Dantas & Shigaki, 2015), que afere a produtividade dos professores dos núcleos docentes permanentes dos programas de pós-graduação, entre outros critérios, pela quantidade de artigos publicados em periódicos classificados no Sistema Qualis. “Qualis é o conjunto de procedimentos utilizados pela Capes para estratificação da qualidade da produção intelectual dos programas de pós-graduação” (Capes, 2014). O sistema, concebido para atender as necessidades específicas do sistema de avaliação, disponibiliza uma lista com a classificação dos veículos utilizados pelos programas de pós-graduação para a divulgação da sua produção (Capes, 2014).

Os críticos do sistema produtivista de publicação científica afirmam que o ritmo do ofício acadêmico assume os contornos de uma fábrica (Rosa, 2008), o processo de conhecimento se transforma em mercadoria (Moreira, 2009). Nesse contexto, em que a academia se movimenta sob uma lógica industrial (Rosa, 2008), assemelhando-se a uma empresa, com suas técnicas para acelerar a produtividade e administrar o tempo (Waters, 2006), a academia brasileira pouco tem refletido sobre a indústria de publicações científicas, particularmente sobre seu processo de financiamento. Quem deve pagar para que os artigos acadêmicos sejam publicados? Essa pergunta tem como pano de fundo, a discussão ainda a fazer do modelo de negócio ideal para revistas acadêmicas brasileiras, em particular da área de Administração, para que possam sobreviver com qualidade e eficácia no mercado da publicação científica. No vácuo de nossa reflexão acadêmica sobre o tema, vários pesquisadores têm aceitado pagar a conta da publicação de seus artigos.

Diante desse contexto, o presente artigo pergunta se pesquisadores devem sustentar economicamente a publicação de seus trabalhos. Pretendemos avaliar a pertinência do pagamento de taxas por autores para publicação de seus artigos em revistas científicas. Para realização desse propósito, foram estabelecidos dois objetivos, um teórico e um empírico. O primeiro objetivo é elaborar uma tipologia dos vários modelos existentes de pagamento de taxas de publicação de artigos científicos e de modelos de distribuição. Trata-se de um componente da construção teórica empreendida para descrever o processo de produção, publicação, distribuição e consumo dos artigos científicos. O segundo objetivo, de natureza empírica, é analisar os custos de publicação nacional e internacional em periódicos A1 e A2 na área de Administração. A partir desses dois propósitos, pretendemos refletir sobre o custo da publicação científica, limitando nossa análise ao principal ator do processo: o autor. Afinal, o pesquisador deve pagar para publicar seus artigos?

2. Modelos de distribuição de periódicos

O processo de distribuição de um artigo, em algumas editoras e bases de dados internacionais, vem sendo regulado pelas regras de mercado, com cobrança da submissão, da publicação do artigo ou do acesso por meio de assinatura da revista ou pela compra do artigo *on line*. O modelo padrão de distribuição de periódicos internacionais é o de subscrição

(assinatura do periódico). Ele permite a publicação de artigos sem a cobrança de taxas ao autor. Entretanto, o artigo é distribuído somente para assinantes ou em compras individuais. Muitas instituições de pesquisa, como programas de pós-graduação, ou de fomento, como a Capes, são assinantes dessas revistas para permitir que seus pesquisadores tenham acesso aos principais *journals* do mundo.

O Quadro 1 apresenta os modelos de distribuição de periódicos e suas respectivas definições quanto a apresentação ou não de taxas exigidas a leitores ou autores.

Quadro 1

Modelos de distribuição de periódicos

Modelo de distribuição	Há taxas exigidas a autores?	Há taxas exigidas a leitores?	Distribuição
<i>Gold Open Access</i> ou somente <i>Open Access</i>	Sim	Não	Imediata nas bases de indexação e de acesso aberto
<i>Subscription based</i> ou baseado em assinatura	Não	Sim	Imediata nas bases de indexação e de acesso pago
<i>Green Open Access</i> ou <i>self-archiving</i>	Não	Não	Requer período de embargo e é redistribuída fora da base de indexação do periódico
<i>Total free fee open access</i> (Spell)	Não	Não	Imediata nas bases de indexação e de acesso aberto

Fonte: elaborado pelos autores

Ao buscar classificar os modelos de distribuição dos artigos, encontramos formas híbridas diversas. Trata-se de uma forma de flexibilização de modo a deixar que os autores decidam qual a forma apropriada para cada pesquisa. Algumas revistas oferecem as duas opções para o autor: (a) pode-se publicar segundo *Golden Open Access* ou *Open Access* (padrão de distribuição aberta), no qual o autor é solicitado a pagar taxas que variam de cem dólares até três mil dólares objetivando a livre distribuição das publicações para o público. Ou seja, as editoras autorizam que o autor pague para publicar e promete, com o livre acesso, maior visibilidade do seu artigo pelos leitores. Ou (b) no formato *Subscription based*, sem taxas de publicação ou submissão para o autor, deixando os custos para os leitores/assinantes.

Outra forma de distribuição encontrada em nossa revisão de literatura é o chamado *Green Open Access*, baseado no direito de redistribuição dos artigos publicados. Nesse modelo, não há pagamento de taxas pelo autor. Inicialmente, o artigo é publicado no modelo padrão, baseado em assinaturas e venda para leitores, instituições ou bibliotecas e, posteriormente, liberados para acesso aberto ao público e redistribuição por parte do autor, desde que seja idêntico ao aprovado pelo processo de revisão.

Esse conceito de redistribuição, do inglês *self archiving*, apresenta ainda duas variações para as publicações em *Green Open Access*: (a) a redistribuição do *preprint* que é a versão do artigo submetida anterior às correções do editor ou das revisões entre pares; e (b) o *postprint*, a versão final do artigo após a revisão do editor e dos pares. Há uma restrição indicada por algumas editoras: se houver tido financiamento por parte de qualquer órgão ou empresa que indique que os custos de publicação foram orçados, o autor perde a possibilidade de publicar em *Green Open Access*, restando-lhe somente a opção do chamado *Golden Open Access*.

No Brasil, a Anpad criou em 2012 o *Scientific Periodicals Eletronic Library* (Spell), uma base de dados única com missão de proporcionar acesso livre aos acervos científicos da Área de Administração. O financiamento desse modelo advém de uma associação de programas de pós-graduação. Um dos seus objetivos foi democratizar o acesso gratuito, amplo e irrestrito ao seu conteúdo. Trata-se de um modelo de acesso aberto, mas não há cobrança às revistas que fazem parte da base de dados, ou até mesmo do autor. Assim, as

revistas do Spell não se configuram como revistas predatórias. Espera-se que o seu mantenedor crie uma forma de cálculo de fator de impacto dos periódicos que compõem a base. Tal iniciativa é inovadora no mundo, visto que o sistema é gratuito a autores e usuários. As políticas editoriais da Scopus, por exemplo, dirigida pela Elsevier, contemplam somente formas pagas de acesso e publicação. Podemos dizer, portanto, que o Spell é uma base de dados sem similar. Poderíamos chamá-la de *total free fee open access*, uma base de dados aberta e livre de taxas para submissão, publicação e subscrição.

3. O processo editorial científico

A construção teórica aqui empreendida pode ser apresentada no esquema representativo da indústria da publicação científica, elaborado pelos autores desse artigo. Ele é organizado a partir de cinco etapas do processo editorial: produção, avaliação, publicação/distribuição, legitimação e consumo. Para cada uma delas, foram definidos o objeto, os atores envolvidos, a esfera sob a qual a etapa do processo está circunscrita e os instrumentos que o viabilizam. A partir das informações presentes no Quadro 2, iniciaremos a análise do processo editorial científico. Para melhor entendimento dos leitores, essa análise será por linhas.

Quadro 2

O processo editorial científico

Processo editorial	Produção	Avaliação	Publicação Distribuição	Legitimação	Consumo
Objeto	Artigo	Artigo	- Periódico - Repositório - Base de dados	Periódico	-Artigo -Periódico -Base de dados
Atores	Autor Financiador Empresas Universidades Centros de pesquisa	Pares	-Agências de fomento -Associações científicas -Universidades -Editoras privadas	-Agências de fomento -Órgãos reguladores -Órgãos de avaliação públicos e privados	- Pesquisador - Bibliotecas - Universidades
Esfera	Acadêmica		Pública ou privada	Pública	Público e privado
Instru- mentos (pagos ou gratuitos)	Projeto de pesquisa (financiado)	Revisão por pares (gratuito)	<i>Gold Open Access ou Open Access, Subscription based, Green Open Access ou Self Archiving, Total Free Fee Open Access</i>	-Qualis -Fator de impacto	Acesso <i>on line</i> (Gratuito ou pago)

Fonte: elaborado pelos autores

O objeto do processo editorial é o artigo nas etapas de produção e avaliação. Nas etapas seguintes, de publicação e legitimação, o objeto é o periódico. Na última etapa, consumo, o objeto pode ser o periódico ou o artigo, ou ainda, uma base de dados. Observa-se que o objeto que dá início a todo o processo é o artigo científico. Entretanto, o objeto que é legitimado é o periódico em que ele é veiculado, não o artigo em si. Isso porque quando um periódico é classificado como A1, o artigo nele publicado recebe 100 pontos antes mesmo de ser lido.

Os atores presentes no processo editorial são os autores do artigo, na etapa da produção; os pares, na etapa de avaliação; as universidades, associações científicas, agências de fomento à pesquisa e editoras privadas (inclusive internacionais), na etapa de publicação/distribuição; as agências de fomento e os órgãos reguladores e de avaliação, na etapa de legitimação; e pesquisadores, bibliotecas, universidades e governos na etapa do consumo.

A esfera nas etapas de produção e avaliação é primordialmente acadêmica, passando por pública ou privada nas etapas seguintes. A presença de atores com interesses comerciais na venda de artigos ou de espaço para sua veiculação impõe reflexões e providências. Quando universidades e instituições públicas ou privadas financiam pesquisas, um dos produtos esperados é o artigo científico, que gera direitos autorais. A necessidade de publicação e a legitimação da avaliação institucional fazem com que o autor e o órgão financiador transfiram os direitos autorais para a editora responsável, que passa a vendê-lo e a auferir lucros. A novidade se faz presente quando autores e financiadores pagam pela submissão e ou publicação do artigo a uma entidade privada. Ocorre nesse caso, uma privatização de um investimento público. Além disso, os critérios de avaliação de periódicos usados pela Capes legitimam essa privatização, ao valorizar o seu pertencimento a uma editora internacional ou o fator de impacto produzido a partir dessas bases de dados privadas.

Por fim, os instrumentos (sejam eles pagos ou não) são projetos de pesquisa, em sua maioria financiados, na etapa de produção. Na etapa seguinte, de avaliação, o instrumento passa a ser a revisão por pares. A reflexão sobre o financiamento da produção científica impõe a reflexão sobre a gratuidade da revisão por pares (*peer review*). Apesar de não possuir uma definição rigorosa (Pagani, 2002), ela pode ser compreendida como um processo de submissão de manuscritos acadêmicos para avaliação de um ou mais especialistas que contribuem fornecendo um parecer (Bloom, 2006, Smith, 2006, Stumpf, 2008; Ware, 2008; Hames, 2012; Mulligan, Hall, & Raphael, 2013). Os especialistas, ou “pares”, são colegas e competidores, cuja experiência e formação tornam possível a emissão de uma opinião confiável (Shigaki & Patrus, 2014). Trata-se de um dos procedimentos quase universalmente aceitos pela comunidade científica na indicação da qualidade de trabalhos científicos frutos de pesquisa para fins de publicação em revistas especializadas, processo este que está no coração de toda a ciência (Fitzpatrick, 2011). Pesquisas em âmbito mundial demonstraram que a revisão por pares é amplamente apoiada pela comunidade acadêmica e que ela é fator de aperfeiçoamento do trabalho publicado (Ware & Monkman, 2008).

Em nossa construção teórica, a revisão por pares está sob a dimensão acadêmica. Ainda que todo o processo envolva custos e tempo de um profissional tido como *expert* no assunto do artigo, a revisão por pares, em geral, não é remunerada, fazendo parte de uma ação voluntária do avaliador. Enquanto o processo de avaliação do artigo envolve a solidariedade acadêmica (Patrus, Dantas, Shigaki, 2015), o processo de distribuição do artigo em algumas editoras e bases de dados internacionais vem sendo regulado pelas regras de mercado

Ainda na discussão sobre a revisão por pares, esse sistema, apesar de muito utilizado, é também muito criticado. E as críticas mais recorrentes foram evidenciadas em um estudo realizado por Shigaki e Patrus (2014), dentre elas podemos destacar o tempo e atraso na publicação, abuso de poder do editor ou avaliador, parcialidade, subjetividade, preconceito, julgamentos inadequados, competições, avaliações negativas, sobrecarga de trabalho, dificuldades em detectar erros e fraudes, custo, acesso à informação privilegiada, desprezo, falta de sigilo e injustiça. O custo de uma avaliação e do atraso da publicação para a comunidade científica, embora pouco mencionado em estudos brasileiros, está diretamente relacionado à primeira e mais recorrente crítica, a do tempo, e também pode estar vinculada à recompensa monetária aos avaliadores, apesar de não ser uma prática comum, principalmente no Brasil (Shigaki & Patrus, 2014a).

Voltando aos instrumentos, a etapa de distribuição, discutida na seção anterior, é composta por modelos, sendo eles: (a) *Gold Open Access* ou *Open Access*, (b) *Subscription based*, (c) *Green Open Access* ou *Self Archiving* e (d) *Total Free Fee Open Access*

A legitimação do processo editorial, quarta etapa, é feita pelos órgãos de avaliação, principalmente a Capes. Na busca de indicadores quantitativos, diante da profusão de programas de pós-graduação e da dificuldade de avaliações qualitativas, o fator de impacto dos periódicos vem sendo escolhido pela Área de Administração da Capes como principal critério de avaliação da produção científica. Ao mesmo tempo em que a Coordenação de Área priorizava esse critério na revisão da classificação nos estratos A1, A2 e B1, os Seminários de Acompanhamento de Meio Termo do Sistema Nacional de Pós-Graduação promovidos pela Capes em agosto de 2015, já sob nova presidência e nova diretoria de avaliação, apontavam as limitações do uso exclusivo do fator de impacto como medida de contribuição científica. Aos coordenadores de área, foi distribuído pelo Diretor de Avaliação da Capes um editorial que defendia o valor do impacto, não do fator de impacto (Verma, 2015).

As revistas híbridas, que cobram pelo acesso aberto, mas aceitam não cobrar em troca do acesso pago influenciam o cálculo do fator de impacto, uma vez que os artigos pagos pelo autor são disponibilizados em base aberta, sendo passíveis de maior leitura e consequente citação em outros trabalhos. O fator de impacto calculado a partir de uma base com artigos fechados e artigos de acesso livre sofre inevitável viés em favor dos artigos que compraram o acesso livre. Desse modo, um critério de qualidade das revistas, o fator de impacto, passa a ser construído com um erro metodológico que tende a comprometer o seu uso.

4. Procedimentos Metodológicos

Quanto aos procedimentos metodológicos, a técnica de coleta de dados foi documental, específica e focada, com consulta de diversos tipos e formatos de arquivos públicos. A coleta foi realizada mediante múltiplas fontes de evidências secundárias, a saber: (a) documentos de área Web-Qualis Capes, (b) lista de periódicos com estratos A1 e A2 na área de Administração em vigor no primeiro semestre de 2015 e, (c) informações dos sites de cada uma das revistas; possibilitando assim a triangulação dos dados, visando o aumento da confiabilidade e da validade externa (Eisenhardt, 1989), “uma vez que várias fontes de dados fornecem várias avaliações do mesmo fenômeno” (Yin, 2001, p. 121).

As listas de periódicos da Área de Administração foram exportadas do sistema Web-Qualis da Capes, e trouxeram os dados de estrato, título e ISSN de 383 revistas classificadas como A1 e A2, que representam 21% do total de revistas em todos os estratos da área de Administração. Essas informações foram agrupadas e organizadas em uma tabela única de dados no Excel, que passou a receber demais informações buscadas nos sites de cada uma das revistas estudadas, tais como origem (nacional ou estrangeira) e presença de taxa de submissão, publicação ou subscrição.

Os critérios para classificação nos estratos A1 e A2 consideram o fator de impacto e se basearam na lista do Qualis, (consultada em junho de 2015). Essa lista, segundo a área de Administração, está na eminência de ser alterada, mas os critérios de classificação nos estratos A1 e A2 continuarão avaliando o fator de impacto das revistas, com alteração, para mais, apenas do intervalo do fator de impacto a ser considerado. Esse limite metodológico imposto pelo *timing* dessa submissão não prejudica esse artigo, mas, ao contrário, convida os pesquisadores da área a usar a mesma metodologia e comparar os dados desse artigo com a nova classificação do Qualis.

Os dados para as análises foram coletados nos *sites* dos periódicos. O valor cobrado aos autores também está disponível no mesmo endereço eletrônico. Aquelas revistas que apresentavam informações incompletas, não foram consideradas.

5. Resultados

A partir da análise das taxas exigidas aos autores pesquisadores para publicação de seus artigos em periódicos nacionais e estrangeiros da área de Administração, em estratos A1 e A2, observou-se que houve uma grande diferença entre aqueles que são nacionais e estrangeiros. Os estratos A1 e A2 em Administração contam com 383 títulos, o que corresponde a 21% frente aos demais estratos. Os periódicos nacionais presentes nesses estratos somavam 59 (15%) e os estrangeiros 324 (85%). No Brasil, 66% (39 periódicos) não cobram quaisquer taxas aos autores. Os periódicos estrangeiros, 83% deles, (269 periódicos) cobram para publicar, com a ressalva de que nesse montante constam os híbridos (36% desses, ou 116), ou seja, pode haver uma taxa aplicada ao autor ou ao leitor, mediante uma decisão do autor no momento da aceitação da publicação do seu artigo.

Das 59 revistas nacionais da área de Administração, apenas 5 delas eram classificadas como A1, a saber:

- (a) Brazilian Journal of Medical and Biological Research (1414-431X);
- (b) Cadernos de Saúde Pública (0102-311X);
- (c) Genetics and Molecular Research (1676-5680);
- (d) Revista de Saúde Pública – Impressa (0034-8910);
- (e) Revista de Saúde Pública – On line (1518-8787).

Chama a atenção o fato de não haver revistas nacionais próprias da área de Administração no extrato A1, pois os títulos presentes se referem à área médica e de saúde.

Dessas revistas, três cobram taxa de submissão ou publicação, que varia de USD 568,69 a USD 974,44, com valor médio de USD 706,07 (valores transformados em dólares para efeito de comparação, calculados ao câmbio de 1 USD = 3,13). As outras duas revistas nacionais do extrato A1 não cobram taxas. O Quadro 3 relaciona esses três periódicos, com o valor por artigo publicado em reais, a quantidade de edições no ano de 2014, a média de artigos para cada edição e o possível faturamento anual (em reais) advindo do pagamento pelos autores (quantidade de artigos publicado vezes o valor de cada artigo). O periódico *Genetics and Molecular Research*, apresentou uma média de 287 artigos por periódico, mas houve uma discrepância entre as edições do ano analisado, sendo que foram publicados 243, 247, 350 e 306 artigos, respectivamente.

Quadro 3
Revistas nacionais do extrato A1

ISSN	Título	Valor por Artigo Publicado	Edições	Média de Artigos por Edição	Possível faturamento Anual (2014)
1414-431X	Brazilian journal of medical and biological research	R\$ 3.156,50	12	12	R\$ 454.536
1518-8787	Revista de Saúde Pública (Online)	R\$ 1.800,00	6	18	R\$ 194.400
1676-5680	Genetics and Molecular Research	R\$ 1.780,00	4	287	R\$ 2.039.880

Fonte: Elaborado pelos autores a partir dos dados da WebQualis 2014 e *sites* das revistas mencionadas

No estrato A2, constavam 54 periódicos nacionais, dos quais 17 (31%) cobram por taxas de submissão ou publicação, que variam de USD 39,93 a USD 623,00, com valor médio de USD 226,83, conforme se observa no Quadro 4. As demais A2 nacionais não cobravam taxas similares. Observa-se que não há uma relação direta entre a quantidade de edições, com a média de artigos publicados, bem como o possível faturamento desses periódicos. Isso significa que não necessariamente o periódico que publica mais, fatura mais.

Quadro 4
Revistas nacionais do estrato A2

ISSN	Título	Valor por Artigo Publicado	Edições	Média de Artigos por Edição	Possível faturamento Anual (2014)
0034-7140	Revista Brasileira de Economia (Impresso)	R\$ 270,00	4	6	R\$ 6.480
1413-7054	Ciência e Agrotecnologia (UFLA)	R\$ 480,00	6	10	R\$ 28.800
0103-2100	Acta Paulista de Enfermagem (UNIFESP. Impresso)	R\$ 1.950,00	6	15	R\$ 175.500
1676-4285	Online Brazilian Journal of Nursing	R\$ 440,00	4	15	R\$ 25.520
1413-9324	Scientia Forestalis (IPEF)	R\$ 400,00	4	15	R\$ 24.000
0102-6933	Revista Gaúcha de Enfermagem (UFRGS. Impresso)	R\$ 580,00	4	19	R\$ 43.500
0100-6916	Engenharia Agrícola (Impresso)	R\$ 300,00	6	20	R\$ 36.300
0034-7167	Revista Brasileira de Enfermagem (Impresso)	R\$ 900,00	6	20	R\$ 108.000
0102-0536	Horticultura Brasileira (Impresso)	R\$ 375,00	4	22	R\$ 33.000
0104-1169	Revista Latino-Americana de Enfermagem (USP. Ribeirão Preto. Impresso)	R\$ 200,00	6	22	R\$ 26.400
0103-846X	Revista Brasileira de Parasitologia Veterinária (Impresso)	R\$ 500,00	4	23	R\$ 45.000
0080-6234	Revista da Escola de Enfermagem da USP (Impresso)	R\$ 900,00	8	24	R\$ 171.000
0103-8478	Ciência Rural (UFSM. Impresso)	R\$ 180,00	12	30	R\$ 65.520
0104-0707	Texto & Contexto Enfermagem (UFSC. Impresso)	R\$ 500,00	4	33	R\$ 65.500
1679-0359	Semina. Ciências Agrárias (Online)	R\$ 600,00	7	50	R\$ 210.000

Fonte: Elaborado pelos autores a partir dos dados da WebQualis 2014 e sites das revistas mencionadas

Entre as revistas internacionais, foi feito um levantamento de cada estrato. Em A1 foram encontradas 48 revistas híbridas (27%) e 120 revistas que cobravam taxas de submissão

ou publicação (67%), perfazendo um total de de 167 ou 93% dos periódicos A1 internacionais. Levantamos o valor cobrado em 107 dessas. Os valores variaram desde o valor mínimo de USD 81,00 ao valor máximo de USD 3.300,00, com valor médio de USD 2.260,00.

Em A2 foram encontradas 68 revistas híbridas (47%) e 34 revistas que cobravam taxas de submissão ou publicação (24%), perfazendo um total de 102 revistas ou 71% do total de periódicos A2 internacionais. Levantamos o valor cobrado em 23 destas. Os valores variaram desde o mínimo de USD 750,00 ao máximo de USD 2.950,00, com valor médio de US 2.473,00.

O Quadro 5 apresenta o resumo dos dados para a comparação entre nacionais e estrangeiras. São descritos os valores cobrados para submissão ou publicação e os percentuais de revistas que cobram alguma das duas taxas ou que são *Total Free Fee Open Access*.

Quadro 5
Revistas internacionais

Origem	Estrato	<i>Submission Fee</i> (valores em dólares americanos)			Resumo dos dados %	
		Mínimo	Máximo	Média	Cobram taxa de submissão ou publicação	<i>Total Free Fee Open Access</i>
Nacional	A1	\$ 568,69	\$ 974,44	\$ 706,07	60%	20%
	A2	\$ 39,94	\$ 623,00	\$ 226,84	31%	50%
Estrangeiras	A1	\$ 81,00	\$ 3.300,00	\$ 2.260,00	93%	1%
	A2	\$ 750,00	\$ 2.950,00	\$ 2.473,00	71%	8%

Fonte: Elaborado pelos autores a partir dos dados da WEbQualis 2014 e sites das revistas mencionadas

Em comparação, quanto à *submission fee*, entre as revistas nacionais e estrangeiras, nota-se que os valores cobrados nas estrangeiras são maiores que nas nacionais. Isso pode ser melhor observado na coluna de valores máximos, onde a diferença média entre esses periódicos chega a USD 2.326,00. Outro ponto observado foi que a diferença entre o valor médio de pagamento nas revistas A2 chega a 1094%, e nas revistas A1 chega a 320%. Isso indica menor taxa para as revistas nacionais. As revistas nacionais apresentam maior índice em *Total Free Fee Open Access* em comparação com as estrangeiras.

Quando se trata de periódicos nacionais do estrato A2, constata-se que 14 das 49 revistas têm vínculo direto com a Administração, conforme ilustra o Quadro 6. Todas são *Total Free Fee Open Access*, ou seja, não cobram taxas em nenhuma das três modalidades de publicação e acesso.

Quadro 6
Periódicos A2 nacionais

ISSN	Título	Estrato	Submissão	Publicação	Subscrição
1807-7692	BAR. Brazilian Administration Review	A2	Free	Free	Free
1807-734X	BBR. Brazilian Business Review (Edição em português. Online)	A2	Free	Free	Free
1808-2386	BBR. Brazilian Business Review (English Edition. Online)	A2	Free	Free	Free
1806-9649	Gestão & Produção	A2	Free	Free	Free

1984-9230	Organizações & Sociedade (Online)	A2	Free	Free	Free
1981-5700	RAC Eletrônica	A2	Free	Free	Free
1982-7849	RAC. Revista de Administração Contemporânea (Online)	A2	Free	Free	Free
2178-938X	RAE - Revista de Administração de Empresas	A2	Free	Free	Free
1676-5648	RAE Eletrônica (Online)	A2	Free	Free	Free
1983-7488	RAUSP-e (São Paulo)	A2	Free	Free	Free
1808-057X	Revista Contabilidade & Finanças (Online)	A2	Free	Free	Free
1984-6142	Revista de Administração (São Paulo. Online)	A2	Free	Free	Free
1445-6555	Revista de Administração Contemporânea	A2	Free	Free	Free
0034-7612	Revista de Administração Pública (Impresso)	A2	Free	Free	Free

Fonte: Elaborado pelos autores a partir dos dados da WebQualis 2014 e sites das revistas mencionadas

Considerações finais

De acordo com Sandel (2012, p. 14), “numa sociedade em que tudo está à venda, a vida fica mais difícil para os que dispõem de recursos modestos”. Para este mesmo autor, estamos deixando de ter uma economia de mercado (uma ferramenta valiosa e eficaz de organização de uma sociedade produtiva) para ser uma sociedade de mercado (um modo de vida em que os valores de mercado permeiam cada aspecto da atividade humana). Parece que essa lógica chegou ao campo da publicação científica empreendida pelos programas de pós-graduação.

Quando as publicações A1 e A2 e também as classificadas no estrato B1 passam a valorizar o fator de impacto como critério de classificação, as consequências para a área de Administração são relevantes. Tais publicações, como vimos, são prioritariamente estrangeiras. A maioria delas cobra taxas pelas publicações. Tal estado de coisas penaliza aqueles autores e programas que, como disse Sandel, dispõem de recursos modestos. Qual professor estaria disposto a pagar do próprio bolso valores médios de dois mil duzentos e sessenta dólares para publicar um *paper* em um periódico A1 internacional? Ou dois mil quatrocentos e setenta e três dólares para um A2 internacional?

Aqueles autores que recebem de suas instituições recompensas por essas publicações não teriam porque se recusar a pagar. Algumas instituições privadas premiam seus professores autores com valores que podem chegar até quarenta mil reais por artigo A1. Dependendo do valor a receber e do valor a pagar, pode ser interessante investir em uma publicação internacional dessa natureza. Mas o valor seria pago, no fim das contas pelas instituições, não pelo autor. E pelas instituições mais ricas.

Aos programas com orçamentos modestos, restaria solicitar o recurso para pagamento de publicações aos órgãos financiadores das pesquisas, como CNPq, Capes e as FAP's, como FAPESP, FAPEMIG, etc. Essa conta seria paga com dinheiro público, o mesmo dinheiro que financia, por exemplo, o acesso ao Portal Periódicos da Capes, que reúne as assinaturas de vários *journals* de todo o mundo. O aumento do orçamento da pesquisa para a publicação

implicar em diminuição dos recursos para a investigação em si. Significa menos pesquisas a serem realizadas, considerando que não haja aumento do volume de recursos para essa finalidade.

Outra argumentação que problematiza o pagamento das publicações pelas agências de fomento é o risco de que a taxa seja paga duas vezes nos periódicos que denominamos de distribuição híbrida. Caso a Capes já pague pela assinatura de uma revista híbrida e pague novamente pela publicação de um artigo de um de seus pesquisadores financiados, ela estará pagando duas vezes. A propósito, esse duplo pagamento é o argumento de Cop (2015) para que países como o Brasil abandonem o modelo de subscrição (assinaturas) de periódicos e adote apenas o modelo de financiamento das publicações no modelo *Gold Open Access*. O valor gasto nas subscrições garantiria o pagamento das publicações dos autores com a vantagem de acesso universal ao artigo publicado. A desvantagem da proposta de Cop (2015) é a limitação do acesso aos artigos dos periódicos que exigem pagamento pelos artigos. Em outras palavras, seu argumento só é válido caso o modelo de subscrição seja totalmente substituído pelo modelo de *Gold Open Access*.

Quando o professor paga do próprio bolso pela publicação, ele pode estar fazendo um investimento em seu prestígio acadêmico, melhorando a sua pontuação no critério de produção científica e ajudando na avaliação do Programa de pós-graduação a que pertence. Mas também está contribuindo para sinalizar ao mercado editorial a existência de uma demanda de publicação paga. Quando há demanda, é esperado maior aumento da oferta, inclusive de periódicos com interesse exclusivamente financeiro. Em nossa pesquisa encontramos um periódico (*Genetics and Molecular Research*) que chegou a publicar quatro edições em 2014 com média de 287 artigos por edição, o que dá um faturamento anual potencial de mais de dois milhões de reais.

Diariamente, pesquisadores recebem e-mails de editoras internacionais convidando para que publiquem em seus periódicos. Em geral, prometem avaliações rápidas. Eventualmente, oferecem até serviços de tradução para o inglês, pagos, evidentemente. Conhecemos artigos que não receberam uma sugestão sequer de alteração, nem mesmo de idioma, e mesmo assim foram publicados em até três meses. Quando o sistema de avaliação da Capes valoriza nos estratos superiores as revistas que cobram pelas publicações, ele está legitimando a cobrança e, ainda que indiretamente, promovendo o aumento da demanda por essas publicações. Vendo o sistema como um todo, contribuição que este artigo oferece ao apresentar o processo editorial científico (Quadro 2), somos obrigados a nos perguntar se queremos esse modelo ou se desejamos um outro.

Nossa posição no momento é a de que o autor não deve pagar para ter seu artigo publicado. Embora o modelo chamado de *Gold Open Access* preconize o acesso universal e gratuito aos leitores, ele exige o *Article Processing Charge* (APC). A denominação dada por nós para o tipo *Total Free Fee Open Access* tem o mérito de distinguir a produção de acesso livre gratuita daquela de acesso livre com pagamento de taxas de publicação. Preconizamos não somente o acesso livre e gratuito aos artigos pelos pesquisadores e estudantes como também a publicação gratuita.

Como alternativa para o financiamento das publicações, consideramos que o Spell tem potencial para se oferecer como uma opção ao das grandes editoras internacionais. Trata-se de um modelo inovador de acesso livre, universal e gratuito de todas as revistas brasileiras da Área que não cobram taxas de submissão ou publicação. A universalização do Spell no cenário internacional depende da criação de um fator de impacto dos artigos e revistas presentes no repositório e de uma política de publicações no idioma inglês, como fazem a BAR e a RBGN. Esse fator de impacto está em estudos e deve ser apresentado à comunidade acadêmica em breve. Na medida em que as revistas de Administração que compõem o Spell galgarem participar de indexadores internacionais, como o é o caso da RAE e da RAC, por

exemplo, que fazem parte do Scopus, a tendência que se vislumbra é a procura desses *journals* por pesquisadores estrangeiros que não querem pagar para publicar seus artigos. Parece-nos mais interessante fazer com que o mundo publique em nossas melhores revistas do que pagarmos para publicar nas melhores revistas do mundo.

Referências

- Alcadipani, R. (2011). Academia e a fábrica de sardinhas. *Organizações & Sociedade*, 57(18), 345-348.
- Bertero, C. O., Caldas, M. P., & Wood, T. (1999). Produção científica em administração de empresas: provocações, insinuações e contribuições para um debate local. *Revista de Administração Contemporânea*, 3(1), 147-178.
- Bloom, T. (2006). *Systems: Online frontiers of the peer-reviewed literature*. Recuperado de: <http://www.nature.com/nature/peerreview/debate/nature05030.html>.
- Capes (2014). Classificação da produção intelectual. Recuperado de <http://capes.gov.br/avaliacao/instrumentos-de-apoio/classificacao-da-producao-intelectual>
- Eisenhardt, Kathleen M. (1989). Building theories from case study research. *Academy of management review*, v. 14, n. 4, p. 532-550.
- Cop, N. (2015). *Can monies spent globally on journal subscriptions be completely transitioned to an OA business model to free the journals?* SciELO in Perspective. Recuperado de: <http://blog.scielo.org/en/2015/05/26/can-monies-spent-globally-on-journal-subscriptions-be-completely-transitioned-to-an-oa-business-model-to-free-the-journals/>
- Fitzpatrick, K. (2011). *Planned Obsolescence: publishing, technology, and the future of the academy*. New York: NYU Press Short.
- Fonseca, C. (2001). Avaliação dos programas de pós-graduação: do ponto de vista de um nativo. *Horizontes Antropológicos*, 7(16), 261-275.
- Freitas, M. (2011). O pesquisador hoje: entre o artesanato intelectual e a produção em série. *Cadernos Ebape.br*, 9(4), 1.158-1.163.
- Godoi, C., & Xavier, W. (2012). O produtivismo e suas anomalias. *Cadernos Ebape.br*, 10(2), 456-465.
- Hames, I (2012). *O estado atual de revisão por pares: críticas, desafios e inovações*. Ata de Reunião da Associação Brasileira de Editores Científicos.
- Honig, B., & Bedi, A. (2012). The fox in the hen house: a critical examination of plagiarism among members of the academy of management. *Academy of Management Learning & Education*, 11(1), 101-123.
- Leite, N., Kniess, C., Rodrigues, A., & Maccari, E. (2011). A ética na produção, orientação, submissão, avaliação e publicação científica: quem assume a responsabilidade? *Anais do Encontro de Ensino e Pesquisa em Administração e Contabilidade*. João Pessoa, Paraíba, Brasil, 3.
- Machado, A. M. N., & Bianchetti, L. (2011). (Des) Fetichização do produtivismo acadêmico: desafios para o trabalhador-pesquisador. *Revista de Administração de Empresas*, 51(3), 244-254.
- Mascarenhas, A., Zambaldi, F., & Moraes, E. (2011). Rigor, relevância e desafios da academia em administração: tensões entre pesquisa e formação profissional. *Revista de Administração de Empresas*, 51(3), 265-279.
- Mattos, P. L. (2008). Nós e os índices – a propósito da pressão institucional por publicação. *Revista de Administração de Empresas*, 48 (2), p. 144-149.
- Mattos, P. L. (2012). Pés de barro do texto “produtivista” na academia. *Revista de Administração de Empresas*, 52(5), 566-573.

- Mello, C., Crubellate, J., & Rossoni, L. (2009). Redes de coautorias entre professores de programas brasileiros de pós-graduação (*stricto sensu*) em administração: aspectos estruturais e dinâmica de relacionamento. *Revista de Administração Mackenzie*, 10(5), 130-153.
- Moreira, A. F. A. (2009). A Cultura da performatividade e a avaliação da Pós-Graduação em Educação no Brasil. *Educação em Revista*, 25(3), 23-42.
- Mulligan, A., Hall, L., Raphael, E. (2013) Peer Review in a Changing World: An International Study Measuring the Attitudes of Researchers. *Journal of the American society for information science and technology*. 64(1).
- Nascimento, L. F. (2010). Modelo Capes de avaliação: quais as consequências para o triênio 2010-2012? *Administração: Ensino e Pesquisa*, 4(11), 579-600.
- Pagani, F. (2002). L'examen par les pairs: un instrument de cooperation et de changement: Analyse d'une méthode de travail de l'OCDE.
- Patrus, R.; Dantas, D. C. & Shigaki, H. B. (2015). O produtivismo acadêmico e seus impactos na pós-graduação stricto sensu: uma ameaça à solidariedade entre pares?. *Cadernos EBAPE.BR (FGV)*, v. 13, p. 1-18.
- Rosa, A. (2008). “Nós e os índices” – um outro olhar sobre a pressão institucional por publicação. *Revista de Administração de Empresas*, 48(4), 108-114.
- Salo, P., & Heikkinen, H. (2011). *Slow science: an alternative to macdonaldization of the academic lifestyle*. Recuperado de: <http://slowscience.fr/wp-content/uploads/2011/07/Slow-Science-English-2011.pdf>.
- Sandel, M. J. (2012). *O que o dinheiro não compra: os limites morais do mercado*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.
- Sguissardi, V. (2010). Produtivismo acadêmico. In: D. A. Oliveira, A. Duarte, & L. Vieira, L. (Orgs.). *Dicionário de Trabalho, Profissão e Condição do Professor*. Belo Horizonte: Faculdade de Educação/UFMG.
- Shigaki, H. B. & Patrus, R. (2012). O papel da produção intelectual no sistema de avaliação dos programas de Administração pela Capes. *Teoria e Prática em Administração (TPA)*, v.2, n. 2.
- Shigaki, H. B. & Patrus, R. (2014). Modelos e Critérios de Avaliação de Artigos de Periódicos Acadêmicos em Administração: uma Pesquisa com Avaliadores Experientes. In: XXXVIII Encontro da ANPAD - EnANPAD, Rio de Janeiro.
- Smith, R. (2006). Peer review: a flawed process at the heart of science and journals. *Journal of the royal society of medicine*, 99, 178-182.
- Stumpf, I. (2008). Avaliação pelos pares nas revistas de comunicação: visão dos editores, autores e avaliadores. *Perspectivas em Ciência da Informação*, 13(1), 18-32.
- Trein, E., & Rodrigues, J. (2011). O mal-estar na academia: produtivismo científico, o fetichismo do conhecimento mercador. *Revista Brasileira de Educação*, 16(48), 769-819.
- Verma, Inder M. (2015, Jun). Impact, not impact factor. *PNAS*. v.112, n.26, p.7875-7876.
- Waters, L. (2006). *Inimigos da esperança: publicar, perecer e o eclipse da erudição (1ª.ed.)*. São Paulo: UNESP.
- Ware, M. (2008). *Peer review: benefits, perceptions and alternatives* (pp. 1-20). London, UK: Publishing research consortium.
- Ware, M., & Monkmann, M. (2008). *Peer review in scholarly journals: perspective of the scholarly community – an international study*. Recuperado de: http://publishingresearch.net/index.php?option=com_content&view=article&id=138&catid=108&Itemid=435.
- Web Qualis. (2014). Recuperado de: <http://qualis.capes.gov.br/webqualis/principal.seam>
- Yin, Robert K. (2001). *Estudo de caso: Planejamento e métodos*. 2ªed. Porto Alegre: Bookman, 205p.